|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  | TermobahiaTermobahiaaa S.A. Termobahiaaaa S.A. |  |
|  | (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) |  |
|  | **Demonstrações financeiras  em 31 de dezembro de 2022** |  |
|  |  |  |

Relatório da Administração 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 4

Balanço Patrimonial 7

Demonstração do Resultado 8

Demonstração dos Resultados Abrangentes 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 10

Demonstração dos Fluxos de Caixa 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

Notas Explicativas 13

1. A companhia e suas operações 13

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 14

3. Sumário das principais práticas contábeis 14

4. Estimativas e julgamentos relevantes 16

5. Novas normas e interpretações 17

6. Contas a receber 19

7. Arrendamentos 21

8. Investimento 21

9. Financiamentos 22

10. Partes relacionadas 23

11. Tributos 26

12. Benefícios a empregados 29

13. Patrimônio líquido 32

14. Receita de arrendamento 35

15. Despesas por natureza 35

16. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas 35

17. Resultado financeiro líquido 36

18. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa 36

19. Processos judiciais e contingências 36

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 38

Conselho de Administração e Diretoria Executiva 41

**Relatório da Administração**

|  |
| --- |
| KPMG Auditores Independentes Ltda.  Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Telefone +55 (21) 2207-9400  kpmg.com.br  Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras |
|  |
| Aos Administradores e Acionistas da  Termobahia S.A  Rio de Janeiro – RJ |
| Opinião |
| Examinamos as demonstrações financeiras Termobahia S.A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termobahia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. |
| Base para opinião |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. |
| Ênfase – Transações com Partes Relacionadas |
| Transações com o acionista controlador  Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 10 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto |
| Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado |
| A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 ‐ Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |
| Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores |
| A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê‐lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. |
| Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras |
| A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. |
| Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:   * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.   Comunicamo‐nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. |
|  |
| Rio de janeiro, 03 de fevereiro de 2023  KPMG Auditores Independentes Ltda.  CRC SP-014428/O-6 F-RJ  Marcelo Nogueira de Andrade  Contador CRC RJ-086312/O-6 |

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativo** | **Nota** | **2022** |  | **2021** |  | **Passivo** | **Nota** | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  | **Circulante** |  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa |  | 1 |  | 1 |  | Fornecedores |  | 901 |  | 46 |
| Contas a receber, líquidas | 6.1 | 121.848 |  | 136.643 |  | Financiamentos | 9 | 18.632 |  | 22.473 |
| Contas a receber – FIDC | 6.2 | 278.274 |  | 447.150 |  | Imposto de renda e contribuição social | 11.1 | 911 |  | 3.246 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11.1 | 1.076 |  | 422 |  | Impostos e contribuições | 11.2 | 295 |  | 201 |
| Impostos e contribuições | 11.2 | 540 |  | 598 |  | Salários, férias, encargos e participações |  | 2.713 |  | 2.402 |
| Adiantamento a fornecedor |  | 295 |  | ‐ |  | Outras contas a pagar |  | 19 |  | 16 |
|  |  | 402.034 |  | 584.814 |  |  |  | 23.471 |  | 28.384 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Não circulante** |  |  |  |  |  | **Não circulante** |  |  |  |  |
| **Realizável a longo prazo** |  |  |  |  |  | Financiamentos | 9 | ‐ |  | 16.933 |
| Contas a receber, líquidas | 6.1 | ‐ |  | 99.603 |  | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.1 | 31.060 |  | 60.352 |
| Depósitos judiciais | 19.2 | 440 |  | 400 |  | Planos de pensão e de saúde | 12.2 | 8.198 |  | 7.011 |
| Impostos e contribuições | 11.2 | 7.258 |  | 20.763 |  |  |  | 39.258 |  | 84.296 |
|  |  | 7.698 |  | 120.766 |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | **Patrimônio líquido** | 13 |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Capital social realizado |  | 51.752 |  | 311.752 |
| **Investimentos** | 8 | 220 |  | 220 |  | Reservas de lucros |  | 35.819 |  | 22.170 |
|  |  | 220 |  | 220 |  | Transações de capital |  | 255.516 |  | 255.516 |
|  |  |  |  |  |  | Outros resultados abrangentes |  | 4.136 |  | 3.682 |
|  |  |  |  |  |  |  |  | 347.223 |  | 593.120 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | 409.952 |  | 705.800 |  |  |  | 409.952 |  | 705.800 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |  |  |  |  |  |  |

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  | **Nota** | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| Receita de arrendamento | 14 | 38.697 |  | 55.765 |
| Lucro bruto |  | 38.697 |  | 55.765 |
|  |  |  |  |  |
| Despesas |  |  |  |  |
| Gerais e administrativas | 15.1 | (7.070) |  | (7.349) |
| Tributárias | 15.2 | (2.842) |  | (1.038) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 16 | 763 |  | (4.807) |
|  |  | (9.149) |  | (13.194) |
|  |  |  |  |  |
| Lucro antes do resultado financeiro e impostos |  | 29.548 |  | 42.571 |
|  |  |  |  |  |
| Resultado financeiro líquido | 17 | 52.780 |  | 7.431 |
| Receitas financeiras |  | 56.985 |  | 18.562 |
| Despesas financeiras |  | (2.441) |  | (3.775) |
| Variações monetárias, líquidas |  | (1.764) |  | (7.356) |
|  |  |  |  |  |
| Lucro antes dos impostos |  | 82.328 |  | 50.002 |
|  |  |  |  |  |
| Imposto de renda e contribuição social | 11.1 | (27.855) |  | (17.615) |
|  |  |  |  |  |
| Lucro líquido do exercício |  | 54.473 |  | 32.387 |
| Lucro básico e diluído por ação (em R$) | 13.6 | 1.047,17 |  | 622,59 |
|  |  |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. | | | | |

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  | **2022** |  | **2021** |  |
| Lucro líquido do exercício | 54.473 |  | 32.387 |  |
|  |  |  |  |  |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: |  |  |  |  |
| Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (nota explicativa 13.7) | 702 |  | 4.585 |  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (248) |  | (308) |  |
|  | 454 |  | 4.277 |  |
|  |  |  |  |  |
| Resultado abrangente total | 54.927 |  | 36.664 |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |  |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Outros resultados abrangentes** |  |  |  |  |
|  |  |  | **Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos** | **Reservas de lucros** | |  |  |
|  | **Capital subscrito e integralizado** | **Transações de capital** | **Legal** | **Dividendos adicionais propostos** | **Lucros acumulados** | **Total do patrimônio líquido** |
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | 311.752 | 255.516 | (595) | 8.379 | 20.414 | ‐ | 595.466 |
|  | 311.752 | 255.516 | (595) |  | 28.793 | ‐ | 595.466 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2021 | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (20.414) | ‐ | (20.414) |
| Outros resultados abrangentes | ‐ | ‐ | 4.277 | ‐ | ‐ | ‐ | 4.277 |
| Lucro líquido do exercício | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 32.387 | 32.387 |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |  |
| Dividendos adicionais propostos | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 12.172 | (12.172) | ‐ |
| Apropriação do lucro líquido em reserva | ‐ | ‐ | ‐ | 1.619 | ‐ | (1.619) | ‐ |
| Dividendos | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (18.596) | (18.596) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 311.752 | 255.516 | 3.682 | 9.998 | 12.172 | ‐ | 593.120 |
|  | 311.752 | 255.516 | 3.682 |  | 22.170 | ‐ | 593.120 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Saldos em 1º de janeiro de 2022 | 311.752 | 255.516 | 3.682 | 9.998 | 12.172 | ‐ | 593.120 |
| Redução de capital (nota explicativa 13.1) | (260.000) | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (260.000) |
| Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2022 | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (12.172) | ‐ | (12.172) |
| Outros resultados abrangentes | ‐ | ‐ | 454 | ‐ | ‐ | ‐ | 454 |
| Lucro líquido do exercício | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 54.473 | 54.473 |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |  |
| Dividendos adicionais propostos | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 25.469 | (25.469) | ‐ |
| Apropriação do lucro líquido em reserva | ‐ | ‐ | ‐ | 352 | ‐ | (352) | ‐ |
| Dividendos | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (28.652) | (28.652) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 51.752 | 255.516 | 4.136 | 10.350 | 25.469 | ‐ | 347.223 |
|  | 51.752 | 255.516 | 4.136 |  | 35.819 | ‐ | 347.223 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |  |  |  |

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** |  |  |  |
| Lucro líquido do exercício | 54.473 |  | 32.387 |
|  |  |  |  |
| Ajustes para: |  |  |  |
| Despesa atuarial de planos de pensão e saúde | 1.889 |  | 2.988 |
| Depreciação e amortização | ‐ |  | 96 |
| Variações monetárias e encargos financeiros | 4.152 |  | 11.068 |
| Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros | (56.932) |  | (18.559) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos | (29.540) |  | (14.867) |
|  |  |  |  |
| Redução (aumento) de ativos |  |  |  |
| Contas a receber | 421 |  | 2.742 |
| Contas a receber - arrendamento financeiro | 114.023 |  | 83.533 |
| Outros ativos | (295) |  | (687) |
|  |  |  |  |
| Aumento (redução) de passivos |  |  |  |
| Fornecedores | 772 |  | (998) |
| Impostos e contribuições | 51.136 |  | 21.573 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (39.479) |  | (17.257) |
| Outros passivos | 314 |  | 431 |
| Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais | 100.934 |  | 102.450 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** |  |  |  |
| Adições em investimentos | ‐ |  | (220) |
| Resgates (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros | 225.808 |  | (28.418) |
| Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos | 225.808 |  | (28.638) |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** |  |  |  |
| Redução do capital social | (260.000) |  | ‐ |
| Financiamentos, líquidos: |  |  |  |
| Amortizações de principal | (22.149) |  | (16.537) |
| Amortizações de juros (\*) | (3.306) |  | (6.517) |
| Dividendos pagos ao acionista controlador | (40.811) |  | (50.174) |
| Dividendos pagos aos acionistas não controladores | (476) |  | (584) |
| Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos | (326.742) |  | (73.812) |
|  |  |  |  |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício | ‐ |  | ‐ |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1 |  | 1 |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1 |  | 1 |
| (\*) A companhia classifica juros pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento. | | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |
| **Insumos adquiridos de terceiros** |  |  |  |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (2.591) |  | (8.918) |
|  |  |  |  |
| Valor consumido produzido bruto | (2.591) |  | (8.918) |
|  |  |  |  |
| Depreciação e amortização | ‐ |  | (96) |
|  |  |  |  |
| Valor consumido líquido pela companhia | (2.591) |  | (9.014) |
|  |  |  |  |
| **Valor adicionado recebido em transferência** |  |  |  |
| Receita de arrendamento | 38.697 |  | 55.765 |
| Receitas financeiras - inclui variação monetária | 58.037 |  | 19.416 |
|  | 96.734 |  | 75.181 |
|  |  |  |  |
| Valor adicionado a distribuir | 94.143 |  | 66.167 |
|  |  |  |  |
| **Distribuição do valor adicionado** |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Pessoal e administradores** |  |  |  |
| **Remuneração variável** |  |  |  |
| Salários | 2.235 |  | 1.842 |
| Participação nos lucros ou resultados | 61 |  | 115 |
| Remuneração variável | 222 |  | 122 |
|  | 2.518 |  | 2.079 |
| **Benefícios** |  |  |  |
| Vantagens | 197 |  | 168 |
| Plano de aposentadoria e pensão | 423 |  | 399 |
| Plano de saúde | 48 |  | 10 |
|  | 668 |  | 577 |
| FGTS | 116 |  | 96 |
|  | 3.302 |  | 2.752 |
|  |  |  |  |
| **Tributos** |  |  |  |
| Federais | 30.985 |  | 18.940 |
| Estaduais | 19 |  | 6 |
| Municipais | 107 |  | 97 |
|  | 31.111 |  | 19.043 |
|  |  |  |  |
| **Instituições financeiras e fornecedores** |  |  |  |
| Juros e variações monetárias | 5.257 |  | 11.985 |
|  | 5.257 |  | 11.985 |
|  |  |  |  |
| **Acionistas** |  |  |  |
| Dividendos | 28.652 |  | 18.596 |
| Lucros retidos | 25.821 |  | 13.791 |
|  | 54.473 |  | 32.387 |
|  |  |  |  |
| Valor adicionado distribuído | 94.143 |  | 66.167 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

Notas Explicativas

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. **A companhia e suas operações**

A Termobahia S.A. (“companhia”), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE-TBA), cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe S.A., empresa do grupo Mubadala Capital, com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e possibilidade de exportação para Refinaria de até 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

**Contrato de Locação da Usina**

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora. Após esta data, a Administração continuará cumprindo o objeto social da companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Termobahia S.A., mantendo o pressuposto de continuidade operacional na qual as demonstrações financeiras foram elaboradas.

Conforme disposto no plano estratégico da companhia, a Administração vem atuando junto à Petrobras para a celebração de um novo Contrato de Locação da UTE Termobahia, com vigência a partir da data de vencimento do atual contrato de locação.

A relação contratual existente com sua Controladora possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

* 1. **Destaques do exercício**
     1. **Redução de capital**

Em 30 de setembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da companhia aprovou a redução de capital social, no montante de R$ 260.000, por julgar o capital social da companhia excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (nota explicativa 13.1). O pagamento ocorreu em 05 de dezembro de 2022.

* + 1. **Antecipação de remuneração ao acionista**

Em 13 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos antecipados, referente ao resultado auferido no primeiro semestre de 2022, no montante de R$ 28.623. Esses dividendos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. O pagamento foi efetuado em 29 de dezembro de 2022 (nota explicativa 13.5).

1. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 03 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

* 1. **Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

* 1. **Moeda funcional**

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

1. **Sumário das principais práticas contábeis**

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

* 1. **Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

* + 1. **Ativos financeiros**
       1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

* + - 1. **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

* Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
* Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
* Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
  + 1. **Passivos Financeiros**
       1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

* + - 1. **Classificação e mensuração subsequente**

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

1. **Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

* 1. **Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego**

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais utilizadas estão:

* Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
* Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

* 1. **Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

* 1. **Tributos diferidos sobre o lucro**

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 11.2.

* 1. **Perdas de crédito esperadas**

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

* 1. **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

1. **Novas normas e interpretações**
   1. **International Accounting Standards Board (IASB)**

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais normativos contábeis emitidos pelo IASB, e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2022.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Norma** |  | **Descrição** |  | **Data de vigência e disposição transitória** |
| *IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts* |  | O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas. |
| *Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2* |  | Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1. |
| *Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8* |  | De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva. |
| *Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12* |  | As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas. |
| *Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16* |  | Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
| *Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1* |  | As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.  Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.  Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

* 1. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC** |  | **IFRS equivalente** |  | **Data de vigência** |
| *Pronunciamento Técnico CPC 50* |  | *IFRS 17 – Insurance Contracts* |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20* |  | *Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8)*  *(Amendments to IAS12)*  *Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*  *Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1)* |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21* |  | *IFRS 17 – Insurance Contracts*  *Amendments to IFRS 17*  *Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)* |  | 1º de janeiro de 2023 |

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

1. **Contas a receber**
   1. **Contas a receber, líquidas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Recebíveis de contratos com clientes |  |  |  |
| Partes relacionadas |  |  |  |
| Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7) | 119.028 |  | 233.051 |
| Outras contas a receber | 2.820 |  | 3.195 |
|  | 121.848 |  | 236.246 |
| Circulante | 121.848 |  | 136.643 |
| Não circulante | ‐ |  | 99.603 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há Perdas de Crédito Esperada – PCE constituídas sobre as contas a receber.

* 1. **Contas a receber - FIDC**

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 278.274 (R$ 447.150 em 2021) representa recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC‐NP). O FIDC‐NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC‐NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

**Prática contábil**

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

1. **Arrendamentos**

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Recebimentos** | | | | |
| **Compromissos Estimados** | **Valor Futuro** |  | **Juros Anuais** |  | **Valor Presente** |
| 2023 | 125.138 |  | (6.110) |  | 119.028 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 125.138 |  | (6.110) |  | 119.028 |
| Circulante |  |  |  |  | 119.028 |
| Não circulante |  |  |  |  | ‐ |
| Em 31 de dezembro de 2022 |  |  |  |  | 119.028 |
|  |  |  |  |  |  |
| Circulante |  |  |  |  | 133.448 |
| Não circulante |  |  |  |  | 99.603 |
| Em 31 de dezembro de 2021 |  |  |  |  | 233.051 |

O arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, celebrado com a Petrobras com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (nota explicativa 1).

**Prática contábil**

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

1. **Investimento**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Associação Petrobras de Saúde (APS)** |  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 |  | 220 |  |
| Aportes de capital |  | ‐ |  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 |  | 220 |  |

**Constituição da Associação Petrobras de Saúde (APS) e tratamento contábil dos aportes**

A APS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistências, neste caso a assistência à saúde, sem fins lucrativos.

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e APS, vêm sendo realizado transferência de recursos financeiros para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

1. **Financiamentos**

**Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros**

* + - * 1. Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R$ 100, perfazendo montante de R$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP‐M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Debêntures** |
| **Circulante e Não Circulante** |  |
| No país |  |
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | 39.406 |
| Amortização de Principal | (22.149) |
| Amortização de Juros | (3.306) |
| Juros e variações monetárias | 4.681 |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2022 | 18.632 |
| Circulante | 18.632 |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Debêntures** |
| **Circulante e Não Circulante** |  |
| No país |  |
| Saldo em 1º de janeiro de 2021 | 50.551 |
| Amortização de Principal | (16.537) |
| Amortização de Juros | (6.517) |
| Juros e variações monetárias | 11.909 |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2021 | 39.406 |
| Circulante | 22.473 |
| Não Circulante | 16.933 |

* 1. **Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
| **Vencimento em:** | **até 1 ano** |  | **1 a 2 anos** |  | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |
| Financiamentos em Reais (a): |  |  |  |  |  |
| Indexados a taxas fixas | 18.632 |  | ‐ |  | 18.632 |
| Taxa média dos Financiamentos | 8% |  | ‐ |  | 8% |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | 18.632 |  | ‐ |  | 18.632 |
|  |  |  |  |  |  |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | 22.473 |  | 16.933 |  | 39.406 |

1. **Partes relacionadas**

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras, suas controladas e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

* Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
* Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
* Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
* Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
* Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

* 1. **Transações comerciais por operação com empresas do sistema**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **2022** |  | **2021** |
|  | **Petrobras** | **Petros** | **APS** | **Total** |  | **Total** |
| **Ativo** |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1) | 119.028 | ‐ | ‐ | 119.028 |  | 133.448 |
| Contas a receber - FIDC (nota explicativa 6.2) | 278.274 | ‐ | ‐ | 278.274 |  | 447.150 |
| Contas a receber por reembolso de pessoal cedido | 1.414 | ‐ | ‐ | 1.414 |  | 1.963 |
| Contas a receber - outros | 1.406 | ‐ | ‐ | 1.406 |  | 1.232 |
| Adiantamento a fornecedor | ‐ | ‐ | 295 | 295 |  | ‐ |
|  | 400.122 | ‐ | 295 | 400.417 |  | 583.793 |
| **Não circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1) | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ |  | 99.603 |
|  | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ |  | 99.603 |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | 400.122 | ‐ | 295 | 400.417 |  | 683.396 |
| **Passivo** |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores vinculados à repasse de gastos | 645 | ‐ | 91 | 736 |  | 2 |
| Financiamentos (nota explicativa 9) | ‐ | 18.632 | ‐ | 18.632 |  | 22.473 |
|  | 645 | 18.632 | 91 | 19.368 |  | 22.475 |
| **Não circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Plano de pensão (nota explicativa 12.2) | ‐ | 1.337 | ‐ | 1.337 |  | 1.806 |
| Plano de saúde (nota explicativa 12.2) | ‐ | ‐ | 6.861 | 6.861 |  | 5.205 |
| Financiamentos (nota explicativa 9) | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ |  | 16.933 |
|  | ‐ | 1.337 | 6.861 | 8.198 |  | 23.944 |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | 645 | 19.969 | 6.952 | 27.566 |  | 46.419 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **2022** |  | **2021** |
|  | **Petrobras** | **Petros** | **APS** | **Total** |  | **Total** |
| **Resultado** |  |  |  |  |  |  |
| Resultado com recebíveis de ativos financeiros - FIDC | 56.932 | ‐ | ‐ | 56.932 |  | 18.559 |
| Receita de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 14) | 38.697 | ‐ | ‐ | 38.697 |  | 55.765 |
| Compartilhamento de gastos com a controladora (i) | (3.485) | ‐ | ‐ | (3.485) |  | (4.110) |
| Atualização monetária sobre dividendos | (458) | (5) | ‐ | (463) |  | ‐ |
| Resultado com pessoal cedido (ii) | 938 | ‐ | ‐ | 938 |  | (4.693) |
| Despesas atuariais | ‐ | (261) | (1.628) | (1.889) |  | (2.138) |
| Variações monetárias sobre debêntures | ‐ | (2.324) | ‐ | (2.324) |  | (8.210) |
| Despesas de juros sobre debêntures | ‐ | (2.358) | ‐ | (2.358) |  | (3.749) |
|  | 92.624 | (4.948) | (1.628) | 86.049 |  | 51.425 |

1. Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termobahia apresenta uma dimensão reduzida.
2. A variação no exercício decorre da alteração do procedimento em 2022 de cobrança dos custos de reembolso de pessoal cedidos à Petrobras, que passou a considerar o total mensal dos gastos com pessoal, independentemente de sua liquidação, além da redução do prazo de recebimento.
   1. **Membros chave da administração da companhia**

**Remuneração da administração**

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente da companhia, bem como da legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente verbas remuneratórias da Termobahia S.A, uma vez que a companhia efetua o ressarcimento à controladora Petrobras dos valores de honorários, que são avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ‐ SEST e aprovados pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas.

As remunerações dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos meses de dezembro de 2022 e 2021 foram as seguintes:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **Expresso em reais** | | |  |
| **Remuneração do empregado** |  |  |  |  | **dez/22** |  | **dez/21** |  |
| Menor remuneração |  |  |  |  | 7.839 |  | 7.386 |  |
| Remuneração média |  |  |  |  | 15.532 |  | 15.610 |  |
| Maior remuneração |  |  |  |  | 37.863 |  | 42.908 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados nos exercícios de 2022 e 2021:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Benefícios aos empregados** |  |  |  |  | **2022** |  | **2021** |
| Assistências médica e odontológica |  |  |  |  | 455 |  | 411 |
| Auxílios alimentação e refeição |  |  |  |  | 578 |  | 614 |
| Auxílio creche |  |  |  |  | 5 |  | 12 |
| Previdência complementar |  |  |  |  | 828 |  | 777 |
| Outros |  |  |  |  | 311 |  | 477 |
|  |  |  |  |  | 2.177 |  | 2.291 |

Apresentamos abaixo a quantidade de empregados nos exercícios de 2022 e 2021.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **2022** |  | **2021** |
| Número de empregados ao final do período (i) |  |  |  |  | 42 |  | 44 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| (i) inclui empregados cedidos. |  |  |  |  |  |  |  |

Nos exercícios de 2022 e 2021 não ocorreram novas contratações.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Termobahia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério de Minas e Energia. A remuneração média mensal está sendo apresentada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **2022** |  |  |  | **2021** |
|  | Conselho de Administração |  | Conselho Fiscal |  | Conselho de Administração |  | Conselho Fiscal |
| Salários e benefícios | 5 |  | 5 |  | 6 |  | 5 |
| Número de membros | 3 |  | 3 |  | 3 |  | 3 |
| Número de membros remunerados | 3 |  | 3 |  | 3 |  | 3 |

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração mensal dos administradores (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) em R$ 1.733,33, a ser paga no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023.

1. **Tributos**
   1. **Imposto de Renda e Contribuição Social**

**Tributos correntes**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **Ativo circulante** | | |  | **Passivo circulante** | | |
|  |  |  |  |  | **2022** |  | **2021** |  | **2022** |  | **2021** |
| Imposto de renda |  |  |  |  | 1.060 |  | 408 |  | ‐ |  | 2.290 |
| Contribuição social |  |  |  |  | 16 |  | 14 |  | 911 |  | 956 |
|  |  |  |  |  | 1.076 |  | 422 |  | 911 |  | 3.246 |

**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |
| Lucro antes dos impostos | 82.328 |  | 50.002 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (27.991) |  | (17.001) |
|  |  |  |  |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: |  |  |  |
| Exclusões/(Adições), líquidas |  |  |  |
| Temporárias | (89) |  | (246) |
| Permanentes | (215) |  | (401) |
| Outros | 440 |  | 33 |
| Imposto de renda e contribuição social | (27.855) |  | (17.615) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 29.540 |  | 14.867 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (57.395) |  | (32.482) |
|  | (27.855) |  | (17.615) |
|  |  |  |  |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 34% |  | 35% |

**Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante**

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos em 31 de dezembro:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Arrendamento mercantil financeiro** | | |  |  |  |
|  | **Imobilizado** | **Contas a receber** | **Contas a pagar** | **Prejuízos fiscais** | **Outros** | **Total** |
| Em 1º de janeiro de 2021 | 27.823 | (103.846) | (122) | 3.765 | (2.531) | (74.911) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Reconhecido no resultado do exercício | (10.117) | 28.633 | 122 | (3.765) | (6) | 14.867 |
| Reconhecido no patrimônio líquido | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (308) | (308) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 17.706 | (75.213) | ‐ | ‐ | (2.845) | (60.352) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Reconhecido no resultado do exercício | (10.118) | 39.222 | ‐ | ‐ | 436 | 29.540 |
| Reconhecido no patrimônio líquido | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | (248) | (248) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 7.588 | (35.991) | ‐ | ‐ | (2.657) | (31.060) |

**Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos** | | |
|  | **Ativos** |  | **Passivos** |
| 2023 | ‐ |  | 31.060 |
| Parcela registrada contabilmente | ‐ |  | 31.060 |
| Parcela não registrada contabilmente | 1.005 |  | ‐ |
| Total | 1.005 |  | 31.060 |

**Prática contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

**a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

* 1. **Demais impostos e contribuições**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ativo circulante** | | |  | **Ativo não circulante** | | |  | **Passivo circulante** | | |
|  | **2022** |  | **2021** |  | **2022** |  | **2021** |  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| PIS e COFINS (i) | 530 |  | 588 |  | 7.258 |  | 20.763 |  | ‐ |  | ‐ |
| Imposto de renda retido na fonte | ‐ |  | ‐ |  | ‐ |  | ‐ |  | 294 |  | 201 |
| Outros impostos | 10 |  | 10 |  | ‐ |  | ‐ |  | 1 |  | ‐ |
|  | 540 |  | 598 |  | 7.258 |  | 20.763 |  | 295 |  | 201 |

(i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019 e ingressou com pedido de restituição junto à Delegacia da Receita Federal, cujo saldo é mantido no ativo não circulante. Em abril de 2022, a companhia recebeu uma parcela do pedido de restituição no montante de R$ 14.481.

1. **Benefícios a empregados**
   1. **Remuneração variável**

**Programa de Prêmio por performance - PPP**

Em 09 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração (CA) aprovou ajuste nos critérios para concessão do programa de remuneração variável 2021 para os empregados. O modelo de PPP 2021 apresenta para o acionamento do programa, além do lucro líquido no exercício, a declaração e o pagamento de remuneração aos acionistas para o exercício em referência aprovados pelo CA.

Em 20 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o PPP 2022. Foram mantidos os critérios do modelo do PPP 2021 para acionamento do programa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a companhia:

pagou R$ 1.279 referente ao PPP 2021, sendo R$ 195 relacionados aos empregados não cedidos e R$ 1.159 aos empregados cedidos, sendo este reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e desempenho individual de todos os empregados; e

provisionou R$ 125 referente ao PPP 2022, registrado em outras despesas operacionais.

**Participação nos Lucros ou resultados - PLR**

Em 29 de dezembro de 2020, a entidade sindical, Sindipetro Bahia, que representa os empregados da Termobahia, assinou o acordo para PLR 2021/2022, dentro do prazo determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O regramento PLR 2021/2022 abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. Para que haja o acionamento da PLR nos anos de 2021 e de 2022, além do acordo de PLR ter sido assinado, é necessário o atingimento dos seguintes gatilhos/requisitos: i) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); ii) apuração de lucro líquido no exercício de referência; e iii) atingimento do percentual médio de no mínimo 80%, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

A companhia pagou R$ 422 referente a PLR 2021, sendo R$ 79 relacionados aos empregados não cedidos e R$ 343 aos empregados cedidos, sendo este reembolsado pela sua controladora Petrobras; e

provisionou R$ 97 referente a PLR 2022, registrado em outras despesas operacionais.

**Prática contábil**

As provisões dos programas de remuneração variável (PPP e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

* 1. **Benefícios pós emprego**

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Passivo não circulante | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |
| Plano de saúde: Saúde Petrobras | 6.861 |  | 5.205 |
| Plano de Pensão Petros 2 | 1.337 |  | 1.806 |
|  | 8.198 |  | 7.011 |

* + 1. **Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos**

**Planos de saúde**

A Termobahia mantém um plano de saúde a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015. Desta forma, a partir do exercício de 2015, a companhia passou a constituir provisão dos compromissos de assistência médica pós-emprego, com base em laudo atuarial.

O Plano de saúde, nomeado “Saúde Petrobras” pelos beneficiários, é administrado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano cobre todos os empregados atuais, aposentados e está aberto a novos empregados.

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de alto risco e contribuições variáveis para parcela do custo dos demais procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso, com coparticipação dos empregados e aposentados.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo 60% (sessenta por cento) pela companhia e 40% (quarenta por cento) pelos participantes.

O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022 montava em R$ 6.861 (R$ 5.205 em 2021).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2022 é de 30,31 anos (31,02 anos em 31 de dezembro de 2021).

**Planos de Pensão**

O plano de pensão patrocinados é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano Petros 2 foi implementado pela companhia a partir de 2010, na modalidade de contribuição variável.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliação do plano em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

O plano de pensão complementa a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**Contribuições**

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2022, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 261 (R$ 462 em 2021).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido do PP2 está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 31 de março de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros, pois há reserva para cobrir o valor em risco. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022 montava em R$ 1.337 (R$1.806 em 2021).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2023 são de R$ 864, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2022 é de 12,79 anos.

**Prática contábil**

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (entidade realiza diminuição significativa do número de empregados cobertos por plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor do passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

1. **Patrimônio líquido**
   1. **Capital social realizado**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 51.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 311.752 em 31 de dezembro de 2021 representado por 52.019 ações ordinárias e sem valor nominal).

Em 30 de setembro de 2022 em Assembleia Geral Extraordinária, a companhia aprovou a redução de capital social no montante de R$ 260.000, por excessividade, mediante restituição do capital social da companhia, proporcionalmente às suas participações societárias, mantendo inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas na companhia.

* 1. **Transações de capital**

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R$ 594.213). O montante líquido apurado (R$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis adotadas no Brasil.

* 1. **Destinação do resultado e dividendos**

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | 2022 |  | 2021 |
| **Lucro líquido do exercício** | 54.473 |  | 32.387 |
|  |  |  |  |
| **Destinação do lucro líquido do exercício:** |  |  |  |
| Reserva legal | 352 |  | 1.619 |
| Dividendos propostos do lucro líquido | 54.121 |  | 30.768 |
| **Total da destinação do lucro líquido do exercício** | 54.473 |  | 32.387 |
|  |  |  |  |
| **Dividendos propostos do lucro líquido:** |  |  |  |
| Dividendos intermediários | 28.652 |  | 18.596 |
| Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido | 25.469 |  | 12.172 |
| **Dividendos propostos do lucro líquido** | 54.121 |  | 30.768 |

* 1. **Reservas de lucros**

**Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social da companhia.

* 1. **Dividendos**

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia destinou dividendos propostos no montante de R$ 30.768 e incluem os dividendos intermediários distribuídos no total de R$ 18.596, aprovados em reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 09 de dezembro de 2021 e pagos em 23 de dezembro de 2021, e dividendos adicionais propostos no valor de R$ 12.172 aprovados pela Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2022, cujo pagamento foi realizado em 20 de maio de 2022.

Em 09 de junho de 2022, a companhia efetuou pagamento complementar de dividendos no montante de R$ 492, decorrente da atualização SELIC sobre os dividendos adicionais propostos de 2021.

**Prática contábil**

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**Dividendos propostos relativos ao exercício de 2022**

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Lucro líquido do exercício | 54.473 |  | 32.387 |
| Apropriação: |  |  |  |
| Reserva legal | (352) |  | (1.619) |
| Lucro líquido ajustado | 54.121 |  | 30.768 |
|  |  |  |  |
| Dividendos intermediários correspondente a 51% do lucro ajustado em 2022 (60% em 2021) | 28.652 |  | 18.596 |
| Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido | 25.469 |  | 12.172 |
|  |  |  |  |
| Total de dividendos propostos | 54.121 |  | 30.768 |

A proposta de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2022 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2023, no montante de R$ 54.121, contempla os dividendos intermediários de R$ 28.652, nos quais foram imputados o dividendo mínimo obrigatório, além de dividendos adicionais de R$ 25.469, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

**Antecipação de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2022**

Em 13 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R$ 28.623, com base no resultado do 1º semestre de 2022, conforme quadro a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **2022** |
| Dividendos intermediários |  |  | 28.623 |
| Atualização monetária das antecipações pela Selic |  |  | 29 |
| Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic |  |  | 28.652 |

A antecipação de remuneração aos acionistas no montante de R$ 28.623 foi paga em 29 de dezembro de 2022.

Essa antecipação foi atualizada monetariamente pela Selic, desde a data de pagamento até 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 29, conforme previsto no Estatuto, e serão descontadas da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2022. O total antecipado, incluindo atualização monetária, alcançou R$ 28.652.

**Dividendos a pagar**

Em 31 de dezembro de 2022, não há dividendos a pagar aos acionistas, considerando que as antecipações de dividendos aprovadas foram pagas dentro do exercício.

Os dividendos complementares de R$ 25.469, estão destacados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 até que a proposta de remuneração aos acionistas seja aprovada na AGO em data a ser definida pela Administração, quando serão reconhecidos como passivo.

* 1. **Resultado por ação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Lucro do período atribuível aos acionistas | 54.473 |  | 32.387 |
| Quantidade de ações | 52.019 |  | 52.019 |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação) | 1.047,17 |  | 622,59 |
|  |  |  |  |

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

* 1. **Outros resultados abrangentes**

A companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2022, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota 4.1, e a companhia reconheceu um ganho de R$ 454 com a remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

1. **Receita de arrendamento**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Receita de arrendamento (i) | 38.697 |  | 55.765 |
| Receita líquida | 38.697 |  | 55.765 |

(i) A menor receita de arrendamento refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato.

**Prática contábil**

A receita com arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno – TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

1. **Despesas por natureza**
   1. **Despesas gerais e administrativas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Gastos com pessoal | (3.433) |  | (3.248) |
| Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 10.1) | (3.485) |  | (4.110) |
| Serviços de terceiros, aluguéis e outros | (152) |  | 105 |
| Depreciação e amortização | ‐ |  | (96) |
|  | (7.070) |  | (7.349) |

* 1. **Despesas tributárias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Pis e Cofins sobre receita financeira de ativos recebíveis - FIDC | (2.647) |  | (863) |
| Pis e Cofins sobre outras receitas financeiras | (69) |  | (72) |
| Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU | (76) |  | (68) |
| Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF | (31) |  | (28) |
| Outros impostos | (19) |  | (6) |
|  | (2.842) |  | (1.038) |

1. **Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Resultado com pessoal cedido (nota explicativa 10.1) | 938 |  | (4.693) |
| Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos | ‐ |  | (12) |
| Participação nos lucros ou resultados (empregados não cedidos) | (61) |  | (115) |
| Programa de remuneração variável (empregados não cedidos) | (222) |  | (122) |
| Outras receitas, líquidas | 108 |  | 135 |
|  | 763 |  | (4.807) |

1. **Resultado financeiro líquido**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |
| **Receitas financeiras** | **56.985** |  | **18.562** |
| Resultado com recebíveis de ativos financeiros (i) | 56.932 |  | 18.559 |
| Receita de juros sobre depósitos judiciais | 7 |  | 3 |
| Outros | 46 |  | ‐ |
| **Despesas Financeiras** | **(2.441)** |  | **(3.775)** |
| Despesas de juros sobre o endividamento | (2.358) |  | (3.731) |
| Outros | (83) |  | (44) |
| **Variações monetárias, líquidas** | **(1.764)** |  | **(7.356)** |
| Atualização monetária sobre endividamento (ii) | (2.324) |  | (8.210) |
| Atualização monetária sobre dividendos | (463) |  | ‐ |
| Atualização monetária sobre impostos a recuperar | 990 |  | 843 |
| Atualização monetária sobre depósitos judiciais | 33 |  | 13 |
| Outros | ‐ |  | (2) |
| **Total** | **52.780** |  | **7.431** |

(i) Maior receita com recebíveis de ativo financeiro (R$ 38.373 mil), decorrente da elevação no rendimento do FIDC (12,45% em 2022 e 4,46% em 2021).

(ii) Redução da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R$ 5.886 mil), tendo em vista a variação de 5,45% no IGP-M em 2022 (contra variação de 16,68% em 2021).

1. **Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Valores pagos durante o período |  |  |  |
| Imposto de renda retido na fonte de terceiros | 2.141 |  | 3.409 |
|  |  |  |  |

1. **Processos judiciais e contingências**
   1. **Processos judiciais provisionados**

Não há processos judiciais e contingências em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para os quais a probabilidade de perda é considerada provável.

* 1. **Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
| **Ativo não circulante** | **2022** |  | **2021** |
| Trabalhistas | 116 |  | 108 |
| Fiscais | 324 |  | 292 |
|  | 440 |  | 400 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Saldo inicial | 400 |  | 359 |
| Adição, líquida de reversão | ‐ |  | 25 |
| Receita de juros e atualização monetária | 40 |  | 16 |
| Saldo final | 440 |  | 400 |

* 1. **Processos judiciais não provisionados**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
| **Natureza** | **2022** |  | **2021** |
| Fiscais | 9.215 |  | 8.933 |
| Cíveis | 112 |  | 99 |
| Trabalhistas | 5.588 |  | 5.073 |
|  | 14.915 |  | 14.105 |

* 1. **Composição dos processos judiciais não provisionados**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição dos processos** |  |  | **Estimativa** |
| **Fiscais** | **2022** |  | **2021** |
| **Autor: União Federal** |  |  |  |
| 1)Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF |  |  |  |
| Situação atual: Manifestação de inconformidade julgada improcedente. Aguardando julgamento do recurso voluntário. | 4.727 |  | 4.501 |
| 2) Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF |  |  |  |
| Situação atual: Aguardando diligência determinada pelo CARF. | 818 |  | ‐ |
| 3) Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF - Diversos Processos |  |  |  |
| Situação atual: Aguardando julgamento de Recurso Especial no CARF | 3.428 |  | 4.320 |
| 4) Processos diversos de natureza fiscal | 242 |  | 112 |
|  | **9.215** |  | **8.933** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Trabalhistas** |  |  |  |
| 1) Cálculo do complemento da Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR - Diversos Processos |  |  |  |
| Situação atual: Movimentação dos processos temporariamente suspensa. Aguardando julgamento do tema, conforme Medida Cautelar deferida. | 4.970 |  | 4.487 |
| 2) Terceirização |  |  |  |
| Situação atual: Encontra-se no Tribunal Regional do Trabalho aguardando recebimento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista da Termobahia e remessa ao Tribunal Superior do Trabalho. | 593 |  | 540 |
| 3) Terceirização |  |  |  |
| Situação Atual: Autos foram remetidos pelo Tribunal Regional do Trabalho ao Tribunal Superior do Trabalho para julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela Termobahia. | 25 |  | 46 |
|  | **5.588** |  | **5.073** |
|  |  |  |  |
| **Cível** |  |  |  |
| 1) Processo de natureza cível | 112 |  | 99 |
|  | **112** |  | **99** |

**Prática contábil**

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

1. **Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**
   1. **Instrumentos financeiros**

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| **Ativo** |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 |  | 1 |
| Contas a receber, líquidas | 121.848 |  | 136.643 |
| Contas a receber - FIDC | 278.274 |  | 447.150 |
|  | 400.123 |  | 583.794 |
| **Não circulante** |  |  |  |
| Contas a receber, líquidas | ‐ |  | 99.603 |
| Depósitos judiciais | 440 |  | 400 |
|  | 440 |  | 100.003 |
|  |  |  |  |
|  | 400.563 |  | 683.797 |
|  |  |  |  |
| **Passivo** |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |
| Fornecedores | 901 |  | 46 |
| Financiamentos | 18.632 |  | 22.473 |
|  | 19.533 |  | 22.519 |
| **Não circulante** |  |  |  |
| Financiamentos | ‐ |  | 16.933 |
|  | ‐ |  | 16.933 |
|  |  |  |  |
|  | 19.533 |  | 39.452 |

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

**Prática contábil**

**Caixa e equivalente de caixa**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

* 1. **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio de resultado.

* 1. **Gerenciamento de riscos**

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

* + 1. **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

* + 1. **Risco de crédito**

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Também é representado por contas a receber do arredamento mercantil (contrato de locação da UTE Termobahia), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

* + 1. **Risco de liquidez**

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida e despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

* 1. **Seguros**

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** | | | | |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Isabella Carneiro Leão | | |  |
|  | Presidente do Conselho de Administração | | |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| Paulo Leonardo Marinho Filho | | Leonardo Santos Ferreira | | |
| Conselheiro | | Conselheiro | | |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **DIRETORIA EXECUTIVA** | | | | |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Aline Dias Leonardi | | |  |
|  | Presidente | | |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Marcelo Ferreira Pelegrini | | |  |
|  | Diretor Administrativo | | |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Marcos Antonio Gibin de Freitas | | |  |
|  | Contador | | |  |
|  | CRC-RJ 089868/O-2 | | |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | | | |